

Excelentíssimo Deputado Federal Aldo Arantes

Passo às mãos de vossa excelência um relato da situação vivenciada pelos servidores públicos federais e em particular os servidores das universidades. Nosso propósito é que tal situação seja levada mais uma vez ao conhecimento da sociedade brasileira através de pronunciamento de Vossa Excelência da tribuna da Câmara Federal.

Os trabalhadores do serviço público iniciam seu sétimo ano consecutivo sem qualquer reposição linear nos seus salários. Algumas carreiras, ditas típicas de estado e que são compostas por um pequeno número de pessoas, tem recebido reajuste diferenciado. A política do Governo de FHC é não conceder qualquer reajuste aos trabalhadores do extinto RJU.

Há mais de 5 anos o governo federal não realiza concurso público para suprir as necessidades de trabalhadores no serviço público, a realidade que aproximadamente 40% da força de trabalho atualmente é de terceirizados com situação completamente precarizada. Os trabalhadores do setor público quase totalidade não estão organizados em um plano de carreira, não dispõe de um programa institucional com verbas para capacitação também falta um plano de saúde uma vez que a nossa luta por um Sistema Único de Saúde que *atenda todos com dignidade e qualidade ainda terá que percorrer um caminho difícil*.

O Regime Jurídico Único que bem ou mal dava uma perspectiva para os trabalhadores do Estado. Agora FHC/FMI querem exterminar os trabalhadores remanescentes deste regime.

Em razão desse amontoado de sacos de maldades de FHC os trabalhadores públicos vem reiteradas vezes pedindo audiência com o todo poderoso, Ministro do Planejamento Marthus Tavares e os servidores das universidades insistem em conversar com o “amigo do rei”, Paulo Renato, para buscar uma saída para a nossa situação, no entanto, a resposta é sempre Não!

Em 2000 os trabalhadores do setor público fizeram uma greve que durou 94 dias, de 10 de maio a 14 de agosto tendo o governo ao final assumido o compromisso de atender os servidores caso a greve fosse encerrada, nos seguintes pontos:

Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão :

1) definição de reposição das perdas com inclusão de recursos para esse fim no orçamento geral da União, 2) definição de uma política salarial justa e permanente, 3) revisão de todas as retaliações ocorridas no período da greve, 4) Mesa de negociação para discutir a Lei de Emprego e 5) ainda acordo nas mesas setoriais de negociação, isso tudo oficializado em um documento.

No caso do M.E.C. O compromisso assinado pelo secretário da SESU, o Secretário Executivo do Ministério, o presidente da ANDIFES e a FASUBRA constava:

1) Reposição das perdas salariais, 2) plano nacional de capacitação, 3) plano de saúde, 4) definição de agenda para discutir Autonomia Universitária e 5) plano único de carreira. Tudo isso não passou de mais uma farsa mantida pelo MPOG e MEC. Nada foi levado adiante, nem mesmo as audiências, realizadas posteriormente, foram levadas a sério pelo governo.

2001 chegou e os servidores cobrarão a fatura, podendo desencadear novamente em greve nacional por tempo indeterminado.

RELATÓRIO DE TRANSMISSÃO

NUMERO DO FAX:

IDENTIFICACAO DA UNIDADE REMOTA:

TOTAL PAGINAS : 11

<RESULTADO:> OK

NOME DA EMPRESA

55 61 3182475

Dep. Federal Aldo J. Arantes